



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UASG 153019)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2026

(Processo administrativo nº 23064.019211/2026-14)

EDITAL

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de infraestrutura (palcos, tendas, mobiliário, estruturas metálicas, sonorização e itens correlatos), incluindo montagem, desmontagem e transporte, destinada à realização dos eventos Inova Week e Conecta UTFPR, no período de 25 a 29 de maio de 2026, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 155.164,07

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço por lote

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UASG 153019 - Reitoria), sediada na Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, Curitiba/PR - CEP: 80230-901, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de infraestrutura (palcos, tendas, mobiliário, estruturas metálicas, sonorização e itens correlatos), incluindo montagem, desmontagem e transporte, destinada à realização dos eventos Inova Week e Conecta UTFPR, **no período de 25 a 29 de maio de 2026**, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. Relativamente aos grupos, facultado ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento

Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5.1. Para lote 2, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrite como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização

ou de previdência complementar;

4.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.7 e 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do lote.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances

públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada. [\[A20\]](#)

6.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1. empresas brasileiras;

6.23.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 7 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 7 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 7 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 7 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no CadIn constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica por meio do e-mail: demimp@utfpr.edu.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I - Mapa do Campus e Disposição das Estruturas

13.11.2. Anexo II - Modelo de proposta.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA PAULA BARROS, PREGOEIRO(A)**, em (at) 29/04/2026, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5672410** e o código CRC (and the CRC code) **B197B908**.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de infraestrutura (palcos, tendas, mobiliário, estruturas metálicas, sonorização e itens correlatos), incluindo montagem, desmontagem e transporte, destinada à realização dos eventos Inova Week e Conecta UTFPR, no período de 25 a 29 de maio de 2026, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Locação de 1 (um) palco com cobertura; altura de 1m, dimensões de 8m x 7m (piso + cobertura), estrutura em aço, piso de madeira e assoalho regular antiderrapante, com escada de acesso lateral. Montagem e desmontagem inclusas, considerando a realização do evento. Período: de 27 a 29 de maio de 2026	24376	Unidade	1	7.114,00	7.114,00
	2	Locação de 1 (um) palco com cobertura; altura de 1m, dimensões de 10m x 7m (piso + cobertura), estrutura em aço, piso de madeira e assoalho regular antiderrapante, com escada de acesso lateral. Montagem e desmontagem inclusas, considerando a realização do evento. Período: de 27 a 29 de maio de 2026	24376	Unidade	1	8.784,00	8.784,00
	3	Locação de 30 (trinta) tendas em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 10,00 m x 10,00 metros cada. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	56.400,00	56.400,00
	4	Locação de 5 (cinco) tendas em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 5,00 m x 5,00 metros cada. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	3.925,00	3.925,00
	5	Locação de 20 (vinte) tendas em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 3,00 m x 3,00 metros cada. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	8.250,00	8.250,00
	6	Locação de 30 (trinta) laterais em lona branca para fechamento das tendas, tamanho 10m x 10m. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	6.300,00	6.300,00
	7	Locação de 10 (dez) laterais em lona branca para fechamento das tendas, tamanho 5m x 5m. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	1.133,33	1.133,33
	8	Locação de 30 (trinta) laterais em lona branca para fechamento das tendas, tamanho 3m x 3m. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	1.940,00	1.940,00
	9	Locação de 300 conjuntos de mesas com 4 cadeiras PVC . composto por 01 mesa + 04 cadeiras, com entrega, posicionamento e retirada inclusos, para atender evento institucional. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	20460	Unidade	1	11.366,67	11.366,67
	10	Locação de 1(um) pórtico estrutural, 15 metros lineares, em treliça de alumínio padrão Q30. Estrutura treliçada modular em alumínio estrutural (box truss Q30), para sustentação cenográfica, sinalização ou iluminação. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	14249	Unidade	1	860,00	860,00
	11	Locação de 2 (duas) estruturas treliçadas, 15 metros lineares cada, em alumínio padrão Q30 tipo "ground support". Sistema estrutural autoportante em treliça de alumínio Q30 com bases e travamentos para sustentação de equipamentos de iluminação, painéis ou sistemas cenográficos. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	14249	Unidade	1	1.695,00	1.695,00
	12	Locação de 2 (duas) estruturas treliçadas, 15 metros lineares cada, em alumínio padrão Q30 para suporte de painel cenográfico (backdrop). Estrutura modular em alumínio Q30 destinada à fixação de lona impressa, painel rígido ou elemento cenográfico de fundo. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	14249	Unidade	1	7.430,00	7.430,00
TOTAL LOTE 1							115.198,00
		Locação de back line para banda ao vivo: - Sistema de retorno de palco compatível com apresentações musicais ao vivo; - Equipamento de reprodução de áudio (tipo power play ou equivalente), com cabeamento adequado para vias de fone - Corpo de bateria completo.					

2	13	- 02 cubos para guitarra, com potência adequada para apresentações ao vivo; - 01 amplificador/cabeçote com caixas para contrabaixo; - Mesa digital de som com, no mínimo, 32 canais; - microfones, pedestais e cabeamento necessários para funcionamento completo do sistema. Período: 28 de maio de 2026	13757	Unidade	1	4.462,50	4.462,50
	14	Locação de sistema de sonorização para 02 (dois) palcos Especificações (por palco): - Sistema de sonorização tipo line array (vertical), ativo, de padrão profissional, adequado para eventos ao ar livre, para cada palco; - 1 console de som com, no mínimo, 12 canais, com recursos de equalização e processamento, para cada palco; - 4 microfones sem fio profissionais, para cada palco; - pedestais e cabos necessários, para cada palco. - 1 notebook para reprodução de áudio, para cada palco. - Disponibilização de 01 técnico de som durante todo o período do evento, para cada palco. Período: de 27 a 29 de maio de 2026	13757	Unidade	1	24.978,50	24.978,50
	15	Locação de 2 (dois) Painéis de LED: - Painel de LED indoor de alta definição (pitch máximo de 3.0 mm); - Dimensões mínimas: 4 m x 2 m (total aproximado de 8 m²); - Estrutura de sustentação em alumínio (padrão p30 ou equivalente); - Sistema completo com processadora (send card), cabeamento e computador para controle; - Instalação, operação e desmontagem inclusas; - Disponibilização de 01 técnico durante todo o período do evento. Período: de 27 a 29 de maio de 2026	13757	Unidade	1	10.525,07	10.525,07
TOTAL LOTE 2							39.966,07

1.2. O valor máximo estimado da licitação será de R\$ 155.164,07 (cento e cinquenta e cinco mil cento e sessenta e quatro reais e sete centavos) , composto pelos seguintes valores:

1.2.1. Lote 1: R\$ 115.198,00 (cento e quinze mil cento e noventa e oito reais), referente aos itens 1 a 12;

1.2.2. Lote 2: R\$ 39.966,07 (trinta e nove mil novecentos e sessenta e seis reais e sete centavos), referentes aos itens 13 a 15.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O objeto desta contratação é classificado como serviço não contínuo (serviço por escopo), nos termos do Art. 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se destina à entrega de um serviço específico e determinado, com prazo de execução definido, esaurindo-se com a sua conclusão.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de encerramento da execução do objeto (29 de maio de 2026), conforme o disposto no Art. 95, §2º da Lei nº 14.133, de 2021, visando viabilizar os atos formais de recebimento definitivo, liquidação e pagamento da despesa.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A necessidade em questão não integrou a versão inicial do Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, tendo em vista que sua elaboração ocorreu no exercício de 2025, momento em que ainda não havia definição ou previsão desta contratação. Ressalta-se, contudo, que, conforme disposto no art. 16 do Decreto nº 10.947/2022, o PCA admite atualizações durante o exercício, possibilitando a inclusão de demandas surgidas posteriormente, desde que acompanhadas de justificativa. A consulta à previsão desta contratação poderá ser realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas, por meio do endereço <https://pncp.gov.br/app/pca/75101873000190/2026> após a devida atualização no sistema PGC.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Adicionalmente aos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na especificação do objeto, deverão ser observadas as diretrizes abaixo, fundamentadas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. A empresa contratada deverá assegurar o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos gerados na execução dos serviços, abrangendo as etapas de segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, incluindo reciclagem ou descarte, quando aplicável, em conformidade com a legislação ambiental e normas municipais vigentes.

4.2.2. Sempre que aplicável ao objeto, deverá ser dada preferência à utilização de equipamentos e dispositivos que possuam certificação de eficiência energética, com o objetivo de reduzir o consumo de energia e minimizar os impactos ambientais decorrentes.

4.2.3. Quando houver viabilidade técnica e compatibilidade com a contratação, deverão ser adotados materiais que apresentem menor impacto ambiental, tais como produtos recicláveis, reciclados, reutilizáveis, biodegradáveis ou provenientes de fontes certificadas e ambientalmente responsáveis.

4.2.4. A empresa contratada deverá observar e cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável, em todas as esferas (federal, estadual e municipal), assumindo a responsabilidade por eventuais sanções decorrentes do descumprimento dessas normas;

4.2.5. Deverá disponibilizar aos seus colaboradores todos os equipamentos de proteção individual necessários à execução das atividades, em conformidade com a legislação vigente;

4.2.6. Deverá atender às Normas Brasileiras (NBR), expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente aquelas relacionadas à gestão e ao manejo de resíduos sólidos.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. A realização de visita técnica ao local de execução dos serviços não é obrigatória, embora seja recomendada para melhor conhecimento das condições de execução.

4.5.1. A visita, de caráter opcional, poderá ser solicitada de segunda a sexta-feira, nos horários das 9h às 11h e das 14h às 16h, por meio do endereço eletrônico mira@utfpr.edu.br, até 2 (dois) dias úteis antes da data de abertura do certame.

4.5.2. Caso necessário, poderão ser ajustados horários alternativos para atendimento dos interessados na realização da visita.

4.5.3. Para a realização da visita, o representante da empresa, seja o responsável legal ou técnico, deverá apresentar identificação pessoal e documento que comprove seu vínculo ou autorização para atuar em nome da empresa.

4.5.4. A ausência de realização da visita não será aceita como justificativa para eventual desconhecimento das condições do local, nem para alegações relacionadas a dúvidas ou omissões quanto às características da prestação dos serviços, cabendo à contratada assumir integralmente os encargos decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 01 (um) dia a partir do recebimento da nota de empenho emitida pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

5.1.2. A execução dos serviços deverá ocorrer em conformidade com as datas, horários, locais e demais especificações indicadas na tabela constante do subitem 1.1 deste documento.

5.1.2.1. Os serviços serão executados em um mesmo local, considerando a realização dos eventos Inova Week e Conecta UTFPR, no período de 25 a 29 de maio de 2026. Ressalta-se que, conforme especificado no item 1.1, deverá ser rigorosamente observado o período de utilização de cada item, de acordo com a respectiva necessidade operacional prevista.

5.1.3.

5.1.4. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, as datas dos eventos previstos neste Termo de Referência poderão ser alteradas, desde que haja verificação prévia de disponibilidade e comunicação à Contratada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data inicialmente prevista.

5.1.5. Nas mesmas circunstâncias, os eventos também poderão ser cancelados, mediante comunicação prévia à Contratada, implicando a rescisão das obrigações contratuais relacionadas ao respectivo serviço, sem que haja exigibilidade de sua execução ou do correspondente pagamento por parte da Contratante.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: R. Doutor Washington Subtil Chueire, 330 - Jardim Carvalho, Ponta Grossa - PR, 84017-220.

5.3. As datas e os horários para a execução dos serviços serão previamente definidos em comum acordo com a UTFPR, de modo a assegurar que toda a infraestrutura e os serviços estejam devidamente concluídos e disponíveis antes do início dos eventos.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual do Lote 2 observará as seguintes rotinas:

5.3.1.1. Deslocamento dos equipamentos e materiais até a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa, contemplando a respectiva instalação e montagem;

5.3.1.2. Suporte técnico durante a realização do evento, incluindo a operação dos equipamentos e a execução de ajustes necessários de forma imediata;

5.3.1.3. Remoção dos equipamentos, compreendendo sua desinstalação, desmontagem e retirada ao final da prestação dos serviços.

5.3.1.4. A empresa contratada deverá garantir a disponibilização de equipe técnica devidamente qualificada para a adequada prestação dos serviços.

5.3.1.5. A execução dos serviços de locação de sistemas de sonorização e iluminação para eventos deverá adotar o modelo integral, do tipo "chave na mão" (turnkey), ou seja, equipamento fornecido em condições pronta, imediata e completa operação, considerando, por exemplo:

a) fornecimento do equipamento;

b) instalação e configuração do equipamento;

c) fornecimento de todo o cabeamento e conectores necessários ao funcionamento do equipamento;

d) operação do equipamento durante o evento, conforme necessidades;

e) auxílio a artistas/apresentadores, no palco, durante a execução do evento.

5.3.2. A contratação deverá assegurar a disponibilização dos equipamentos em condições plenas de uso, contemplando todas as etapas necessárias à sua utilização, incluindo instalação, parametrização, operação durante o evento e posterior desmontagem.

5.3.2.1. Estão incluídos todos os cabos, conexões e demais componentes necessários ao funcionamento dos sistemas, devendo a Contratada considerar, na elaboração de sua proposta, a totalidade dos custos envolvidos.

5.3.2.2. As características técnicas dos equipamentos a serem fornecidos estão descritas na tabela constante do item 1.1, enquanto os requisitos relativos à execução dos serviços encontram-se detalhados neste Termo de Referência.

5.4. A Contratada não receberá nenhum valor adicional referente aos itens a seguir, sendo valores já inclusos na proposta:

- a) transporte de trabalhadores e/ou equipamentos;
- b) hospedagem e alimentação dos trabalhadores;
- c) encargos sociais e trabalhistas da equipe alocada para o serviço.

Responsabilidade por danos

5.5. A Contratada deverá adotar todas as medidas preventivas necessárias à execução segura dos serviços, incluindo o correto acondicionamento de equipamentos, organização de cabearios e observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis.

5.6. A Contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados à infraestrutura da UTFPR, a bens públicos ou privados, bem como a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, inclusive durante as etapas de transporte, montagem, operação e desmontagem dos equipamentos.

5.6.1. A responsabilidade abrange, ainda, danos ocasionados por seus empregados, prepostos, subcontratados ou quaisquer pessoas a seu serviço, independentemente de dolo ou culpa.

5.6.2. Verificada a ocorrência de dano, a Contratada deverá promover, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, a reparação, substituição ou indenização correspondente, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.

Materiais a serem disponibilizados

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a estabelecidas no Item 1.1, promovendo sua substituição quando necessário.

5.8. Qualquer substituição ou troca de equipamento, mesmo equivalente, deve ser comunicada antecipadamente à fiscalização técnica para verificação do atendimento à contratação.

5.9. Em se configurando qualquer alteração nos equipamentos fornecidos, a fiscalização técnica avaliará se tal alteração está em desacordo ao contratado, refletindo a ocorrência no pagamento a ser realizado.

5.10. A Contratada deverá responsabilizar-se pela guarda, vigilância, segurança e manutenção das estruturas e equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas para a prestação de serviços, não cabendo à UTFPR arcar com qualquer despesa relativa a danos, desaparecimento, roubo ou furto dos equipamentos, materiais e ferramentas.

Especificação da garantia do serviço

5.11. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do

problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Os serviços serão avaliados da seguinte forma:

7.1.1. O acompanhamento e avaliação da execução do objeto nos moldes contratados, aferição de quantidade e qualidade dos serviços prestados serão realizados pelo servidor requisitante do objeto.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos à tempo dos eventos, a contar da notificação recebida pela Contratadas, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o encerramento da execução, pelo fiscal do contrato, mediante atesto no Relatório de Execução apresentado pela Contratada.

7.3. O prazo para recebimento provisório terá início a partir da entrega do Relatório de Execução (ou Relatório de Prestação de Serviços) pela Contratada, acompanhado da respectiva solicitação de pagamento e comprovação da execução da parcela correspondente.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período do evento.

7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.8.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade com as especificações, mediante termo de recebimento definitivo ou atesto na nota fiscal/fatura, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. o período respectivo de execução do contrato;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.36. Os preços são fixos e irreajustáveis, considerando que o intervalo entre a data do orçamento estimado (abril/2026) e a execução do serviço (maio/2026) é inferior a um ano, conforme o Art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

Cessão de Crédito

- 7.37. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.38. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.39. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.40. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.41. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 7.42. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.1.1. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.1.2. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.1.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.1.5. Multa:
- 8.1.5.1. A multa será recolhida em percentual de no mínimo 0,5% e no máximo 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado.
- 8.1.5.2. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 8.1.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.1.7. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.1.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.1.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.1.10. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.3. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.4. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.5.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.5.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 8.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO por Lote**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário. Para fins de aceitabilidade, as propostas para os Lotes 01 e 02 deverão observar, cumulativamente:

a) O Valor Global do Lote: não poderá exceder o valor total estimado para cada lote, sendo:

Lote 01: R\$ 115.198,00 (cento e quinze mil cento e noventa e oito reais); **Lote 02: R\$ 39.966,07** (trinta e nove mil novecentos e sessenta e seis reais e sete centavos).

b) Os Valores Unitários de cada Item: não poderão exceder os valores máximos fixados para cada um dos 12 (doze) itens que compõem o lote, conforme a Planilha de Custos e Formação de Preços (item 1.1 deste Termo de Referência)

Exigências de habilitação

9.3. A apresentação de valor unitário superior ao limite estabelecido para qualquer um dos itens do lote acarretará a desclassificação da proposta para o lote integral, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnico-Operacional

9.22. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de pelo menos um atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto.

9.23. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.24. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.25. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Disposições gerais sobre habilitação

9.26. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.31. No caso de participação de cooperativas, sendo obrigatória a apresentação da seguinte documentação complementar:

9.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.31.6.1. ata de fundação;

9.31.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.31.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.31.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.31.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.31.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.31.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 155.164,07 (cento e cinquenta e cinco mil cento e sessenta e quatro reais e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Programa: 5113

11.2.2. Ação: 20RK

11.2.3. Fonte: 1000000000

11.2.4. PTRES: 229597

11.2.5. Natureza de Despesa (com subitem):339039.14 - Locação de Bens Móveis Outras Naturezas e Intangíveis

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Havendo divergência entre as especificações do objeto detalhadas no site www.comprasgovernamentais.gov.br e as constantes neste documento, prevalecerão as últimas.

12.3. Em caso de irregularidade do fornecedor contratado junto ao SICAF, serão adotados os dispositivos da Lei nº 14.133 de 2021.

13. ANEXOS

13.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

13.2. Anexo II - Mapa do Campus e Disposição das Estruturas



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **SABRINA AVILA RODRIGUES, DIRETOR(A)**, em (at) 22/04/2026, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **JOAQUIM DE MIRA JUNIOR, DIRETOR(A) SUBSTITUTO(A)**, em (at) 22/04/2026, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **SANDRA DO ROCIO RAMOS, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 22/04/2026, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **JESSIKA DARC FERNANDES ZIMERMANN, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 22/04/2026, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **FRANCIS KANASHIRO MENEGHETTI, PRÓ-REITOR(A)**, em (at) 22/04/2026, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5652360** e o código CRC (and the CRC code) **D4D333B8**.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR IN ME/SEGES N° 58/2022

DIRETRIZES GERAIS

- Este estudo será lançado posteriormente no sistema Compras.net.
- Este documento deve ser elaborado e assinado por todos os membros da Equipe de Planejamento da Contratação.
- Apagar os itens marcados em vermelho que servem apenas como guia para o preenchimento deste documento.
- O link para consulta da IN ME/SEGES 58/2022 está disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-no-58-de-8-de-agosto-de-2022>
- O Planejamento da Contratação deve ser elaborado em observância ao art. 20, § 1º, da [IN SG/ME nº 05/2017](#) e [IN ME/SEGES nº 58/2022](#).
- Os itens a seguir são de **preenchimento obrigatório**.

1 - Descrição das Necessidades

A presente contratação tem por objetivo viabilizar a infraestrutura temporária (palcos, tendas, mobiliário, estruturas metálicas, sonorização e correlatos), incluindo serviços de montagem, desmontagem e transporte, destinada à realização dos eventos **Inova Week** e **Conecta UTFPR**, no período de 25 a 29 de maio de 2026, no Campus Ponta Grossa.

Conforme descrito no DFD nº 92/2026, a contratação é essencial para garantir condições adequadas de funcionamento, segurança, acessibilidade e conforto aos participantes.

A demanda decorre da inexistência de infraestrutura própria suficiente para atender eventos de grande porte, sendo necessária a contratação de solução especializada no mercado.

2 - Área Requisitante

Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias - PROREC

3 - Descrição dos Requisitos da Contratação

A solução deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

Requisitos técnicos

- Estruturas em conformidade com normas de segurança e estabilidade (ex.: NR-18, NR-35, quando aplicável);
- Materiais em bom estado de conservação, sem avarias;
- Piso antiderrapante nos palcos;
- Estruturas metálicas com capacidade de carga adequada;
- Montagem e desmontagem realizadas por equipe qualificada;
- Atendimento às normas de acessibilidade e segurança de eventos.
- A contratada deverá realizar o **transporte, montagem, instalação, operação e desmontagem** de todos os equipamentos;
- Deverá ser disponibilizada **equipe técnica qualificada** durante todo o período do evento;
- Os equipamentos deverão estar em **pleno funcionamento**, em bom estado de conservação e adequados ao uso profissional em eventos;
- A execução deverá observar o cronograma do evento;
- A montagem deverá ser realizada com antecedência suficiente para garantir a **entrega funcional das estruturas no início das atividades**, em comum acordo com a UTFPR;
- A contratada deverá garantir suporte técnico para eventuais ajustes durante a execução do evento;
- O sistema de sonorização deverá ser do tipo **line array ou equivalente**, compatível com ambientes externos e com capacidade adequada ao público estimado;
- As mesas de som deverão possuir capacidade mínima compatível com a demanda do evento, sendo **mínimo de 12 canais para palcos secundários e 32 canais para apresentações musicais**;
- Os microfones deverão ser de padrão profissional, incluindo unidades **com e sem fio**, com qualidade adequada para apresentações ao vivo;
- O backline deverá contemplar equipamentos completos para banda (bateria, amplificadores, etc.), em condições adequadas de uso;
- Os painéis de LED deverão possuir **alta definição (pitch máximo de 3.0 mm ou superior)**, com sistema completo de controle e operação;
- Todos os equipamentos deverão ser compatíveis entre si, garantindo o funcionamento integrado da solução;
- As estruturas e instalações deverão atender às **normas técnicas de segurança aplicáveis**, incluindo, quando pertinente, NR-18 e NR-35;
- A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada junto ao sistema SICAF, possuir a documentação obrigatória atualizada (INSS, Receita Federal, FGTS, Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) emitida pelo TST, e estar quite em todas as certidões emitidas com base na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo TCU.

Requisitos operacionais

- Execução conforme cronograma dos eventos (25 a 29/05/2026);
- Disponibilidade para ajustes durante o evento;
- Transporte incluso;
- Entrega, instalação, posicionamento e retirada dos itens;
- O período de montagem deverá ser previamente planejado pela contratada, de forma a garantir a **entrega funcional de todas as estruturas até o início do evento**, devendo tal cronograma ser definido em comum acordo com a UTFPR, considerando as especificidades logísticas e operacionais do evento.

Sustentabilidade

- Preferência por materiais reutilizáveis (ex.: estruturas modulares);
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos;
- Redução de impactos ambientais durante montagem e desmontagem.

4 - Levantamento de Mercado

Foram analisadas três fontes principais:

a) Orçamentos de mercado

Foram realizadas cotações junto a empresas especializadas, com objetos compatíveis à demanda (locação completa, incluindo montagem e transporte). A Equipe de Planejamento da Contratação realizou levantamento de fornecedores na região de realização do evento, visando identificar a solução mais adequada sob os aspectos técnicos, logísticos e econômicos, bem como subsidiar a futura estimativa de preços.

As solicitações de orçamento foram encaminhadas, por meio de e-mail e WhatsApp, às seguintes empresas especializadas:

Empresa	CNPJ	Retorno	E-mail
Interprise Produções	32.161.951/0001-39	Sim	interpriseproducoes@gmail.com
Gabriel Rodrigues Lopes - Som e Alarmes	07.550.749/0001-51	Sim	gabriel-som@hotmail.com
Tendas MK locação e venda LTDA	52.184.162/0001-20	Sim	mkeventos@yahoo.com
Adega Imperial	04.592.029/0001-60	Sim	adegaimperialpg@uol.com.br
BLACK AUDIOVISUAL/ Espaço Arena Eventos	28.019.688/0001-70	Sim	blackaudioluzeimagem@gmail.com
Tendas Araucária	01.015.317/0001-64	Não	contato@tendasaraucaria.com
Grupo Multimídia	08.108.089/001-16	Sim	multimidiagrup07@gmail.com
Tendas Paraná	11.756.934/0001-74	Não	contato@tendasparana.com.br
Delta Locações	06.155.789/0001-36	Não	deltatendas@gmail.com
DAYANE DO CARMO MARTINS	51.739.136/0001-59	Não	dayaamartins@gmail.com
VT - DECORAÇÕES E EVENTOS LTDA	44.946.874/0001-01	Não	vt.eventosedecoracoes@hotmail.com
ABZ EVENTOS LTDA	10.905.620/0001-23	Não	contato@abezerra.com.br
ELETROACUSTICA SOM LUZ EVENTOS E PRODUCOES LTDA	30.603.604/0001-93	Sim	djlula2009@hotmail.com
Eldernei Costa ME	21.409.001/0001-64	Sim	ar_estruturas@yahoo.co

b) Contratação pública similar

A estimativa de preços foi realizada por meio do Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal (Compras.gov.br), mediante consulta por CATSER, com aplicação do filtro “Local de entrega: Paraná”, visando identificar contratações compatíveis com a realidade regional, tendo sido obtidos poucos resultados relevantes. Diante disso, foram realizadas consultas complementares ao PNCP e a sítios eletrônicos de busca, conforme links a seguir:

https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DqA1GzHAW%2Fo6AGareuE3Lbze0dzmKxmUGfTuir2k64iKcx8Uat65wC3gpAxTIKKqn5HbXjv9Ap%2FOzuc8irhV9TlbMWelBJgigD%2FOGaqIKGU4%3D
https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/SC/Prefeitura-Municipal-de-Gravatal-3794/RPE-27-2026-2026-461121
https://www.guaraciaba.mg.gov.br/phocadownload/TermodeHomologa%C3%A7%C3%A3o-175070289368599b2d13d74m.pdf?utm_source=chatgpt.com
https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=[qkz]zZqUAWiXrx1dFjIIdgRypPRXvltTjOB9kOc4hRfhM0VIR2_atPU4nyA_EBzSDle4zIva4Qh2U7IoBoHx0GDUYTFtdpZqq0iNgXR3MFeuLA=https://www.gov.br/pncp/pt-br

Para o item 10, além da pesquisa direta com fornecedores, foi considerado o Edital nº 27/2026 / Registro de Preços Eletrônico - 27/2026, realizado pelo Município de Gravatal-SC (localizado no PNCP).

Para o item 12, foram considerados a Pregões referente à contratação semelhante realizada pelos Municípios de Castro-PR, Mococa-SP, Gravatal-SC, além de pesquisa direta com fornecedores.

Para o item 13, foi considerada a Dispensa de Licitação nº 90022/2025, referente à contratação semelhante realizada pelo Município de Dois Vizinhos/PR, além de pesquisa direta com fornecedores.

Para os itens 14 e 15, além da pesquisa direta com fornecedores, foi considerado o Pregão nº 46/2025, realizado pelo Município de Fernandópolis/SP (localizado por site de busca).

Para os itens 2, 9, 11 e 16, a formação de preços considerou, além da pesquisa direta com fornecedores, o Pregão Eletrônico nº 177/2025, realizado pelo Município de Castro/PR.

Para os demais itens, em razão das especificidades técnicas envolvidas e da dificuldade de identificação, nos sistemas oficiais, de contratações com descrição suficientemente aderente ao objeto pretendido, a estimativa de preços fundamentou-se em pesquisa direta junto a fornecedores do ramo. Tal procedimento visou assegurar a adequada correspondência entre as soluções cotadas e as necessidades da Administração, conferindo maior precisão e confiabilidade aos valores estimados.

c) Alternativas avaliadas

Alternativa	Análise
Aquisição dos bens	Inviável (alto custo, baixa recorrência de uso, necessidade de armazenamento)
Locação parcial	Ineficiente (fragmentação do objeto)
Locação completa (escolhida)	Mais vantajosa técnica e economicamente

Conclusão: a locação é a solução mais adequada.

5 - Descrição da Solução como um todo

A solução consiste na **contratação de empresa especializada para locação de infraestrutura completa para eventos**, incluindo:

- Palcos com cobertura;
- Tendas de diversos tamanhos;
- Laterais de fechamento;
- Mesas e cadeiras;
- Estruturas metálicas (pórtico, treliças, etc.);
- Backline para banda ao vivo
- Sonorização para palco;
- Painel de LED;
- Serviços de montagem, desmontagem e transporte.

A execução será por **período**, conforme definido:

- Período 1: 25 a 29/05/2026

- Período 2: 27 a 29/05/2026
- Período 3: 28/05/2026

6 - Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades foram definidas com base no dimensionamento do evento, necessidade de infraestrutura para atividades simultâneas e experiência em eventos institucionais anteriores, conforme detalhado no Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 92/2026 (5544318). Para fins de contratação, adotou-se a unidade de medida "**unidade**", correspondente ao período de utilização da infraestrutura durante a realização do evento.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT / CATSER *	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL SOLICITADA
1	1	Locação de 1 (um) palco com cobertura; altura de 1m, dimensões de 8m x 7m (piso + cobertura), estrutura em aço, piso de madeira e assoalho regular antiderrapante, com escada de acesso lateral. Montagem e desmontagem inclusas, considerando a realização do evento. Período: de 27 a 29 de maio de 2026	24376	Unidade	1
	2	Locação de 1 (um) palco com cobertura; altura de 1m, dimensões de 10m x 7m (piso + cobertura), estrutura em aço, piso de madeira e assoalho regular antiderrapante, com escada de acesso lateral. Montagem e desmontagem inclusas, considerando a realização do evento. Período: de 27 a 29 de maio de 2026	24376	Unidade	1
	3	Locação de 30 (trinta) tendas em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 10,00 m x 10,00 metros cada. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1
	4	Locação de 5 (cinco) tendas em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 5,00 m x 5,00 metros cada. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1
	5	Locação de 20 (vinte) tendas em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 3,00 m x 3,00 metros cada. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1
	6	Locação de 30 (trinta) laterais em lona branca para fechamento das tendas, tamanho 10m x 10m. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1
	7	Locação de 10 (dez) laterais em lona branca para fechamento das tendas, tamanho 5m x 5m. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1
	8	Locação de 30 (trinta) laterais em lona branca para fechamento das tendas, tamanho 3m x 3m. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1
	9	Locação de 300 conjuntos de mesas com 4 cadeiras PVC . composto por 01 mesa + 04 cadeiras, com entrega, posicionamento e retirada inclusos, para atender evento institucional. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	20460	Unidade	1
	10	Locação de 1(um) pórtico estrutural , 15 metros lineares, em treliça de alumínio padrão Q30. Estrutura treliçada modular em alumínio estrutural (box truss Q30), para sustentação cenográfica, sinalização ou iluminação. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	2224	Unidade	1
	11	Locação de 2 (duas) estruturas treliçadas , 15 metros lineares cada, em alumínio padrão Q30 tipo "ground support". Sistema estrutural autoportante em treliça de alumínio Q30 com bases e travamentos para sustentação de equipamentos de iluminação, painéis ou sistemas cenográficos. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	14249	Unidade	1
	12	Locação de 2 (duas) estruturas treliçadas , 15 metros lineares cada, em alumínio padrão Q30 para suporte de painel cenográfico (backdrop). Estrutura modular em alumínio Q30 destinada à fixação de lona impressa, painel rígido ou elemento cenográfico de fundo. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	14249	Unidade	1
2	13	Locação de back line para banda ao vivo : - Sistema de retorno de palco compatível com apresentações musicais ao vivo; - Equipamento de reprodução de áudio (tipo power play ou equivalente), com cabeamento adequado para vias de fone - Corpo de bateria completo. - 02 cubos para guitarra, com potência adequada para apresentações ao vivo; - 01 amplificador/cabeçote com caixas para contrabaixo; - Mesa digital de som com, no mínimo, 32 canais; - microfones, pedestais e cabeamento necessários para funcionamento completo do sistema. Período: 28 de maio de 2026	13757	Unidade	1
	14	Locação de sistema de sonorização para 02 (dois) palcos Especificações (por palco): - Sistema de sonorização tipo line array (vertical), ativo, de padrão profissional, adequado para eventos ao ar livre, para cada palco; - 1 console de som com, no mínimo, 12 canais, com recursos de equalização e processamento, para cada palco; - 4 microfones sem fio profissionais, para cada palco;	13757	Unidade	1

	<ul style="list-style-type: none"> - pedestais e cabos necessários, para cada palco. - 1 notebook para reprodução de áudio, para cada palco. - Disponibilização de 01 técnico de som durante todo o período do evento, para cada palco. <p>Período: de 27 a 29 de maio de 2026</p>			
15	<p>Locação de 2 (dois) Painéis de LED:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pannel de LED indoor de alta definição (pitch máximo de 3.0 mm); - Dimensões mínimas: 4 m x 2 m (total aproximado de 8 m²); - Estrutura de sustentação em alumínio (padrão p30 ou equivalente); - Sistema completo com processadora (send card), cabeamento e computador para controle; - Instalação, operação e desmontagem inclusas; - Disponibilização de 01 técnico de som durante todo o período do evento. <p>Período: de 27 a 29 de maio de 2026</p>	13757	Unidade	1

7 - Estimativa do valor da Contratação

O valor estimado da contratação é de R\$ 162.334,77, conforme demonstrado na tabela a seguir.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT / CATSER *	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL SOLICITADA	VALOR ESTIMADO (R\$)
1	1	Locação de 1 (um) palco com cobertura ; altura de 1m, dimensões de 8m x 7m (piso + cobertura), estrutura em aço, piso de madeira e assoalho regular antiderrapante, com escada de acesso lateral. Montagem e desmontagem inclusas, considerando a realização do evento. Período: de 27 a 29 de maio de 2026	24376	Unidade	1	5.742,67
	2	Locação de 1 (um) palco com cobertura; altura de 1m, dimensões de 10m x 7m (piso + cobertura), estrutura em aço, piso de madeira e assoalho regular antiderrapante, com escada de acesso lateral. Montagem e desmontagem inclusas, considerando a realização do evento. Período: de 27 a 29 de maio de 2026	24376	Unidade	1	7.452,27
	3	Locação de 30 (trinta) tendas em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 10,00 m x 10,00 metros cada. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	56.400,00
	4	Locação de 5 (cinco) tendas em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 5,00 m x 5,00 metros cada. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	3.925,00
	5	Locação de 20 (vinte) tendas em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 3,00 m x 3,00 metros cada. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	9.600,00
	6	Locação de 30 (trinta) laterais em lona branca para fechamento das tendas, tamanho 10m x 10m. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	6.300,00
	7	Locação de 10 (dez) laterais em lona branca para fechamento das tendas, tamanho 5m x 5m. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	1.225,00
	8	Locação de 30 (trinta) laterais em lona branca para fechamento das tendas, tamanho 3m x 3m. Montagem e desmontagem inclusas. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	21164	Unidade	1	2.440,00
	9	Locação de 300 conjuntos de mesas com 4 cadeiras PVC . composto por 01 mesa + 04 cadeiras, com entrega, posicionamento e retirada inclusos, para atender evento institucional. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	20460	Unidade	1	11.366,67
	10	Locação de 1(um) pórtico estrutural, 15 metros lineares, em treliça de alumínio padrão Q30. Estrutura treliçada modular em alumínio estrutural (box truss Q30), para sustentação cenográfica, sinalização ou iluminação. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	14249	Unidade	1	860,00
	11	Locação de 2 (duas) estruturas treliçadas, 15 metros lineares cada, em alumínio padrão Q30 tipo "ground support". Sistema estrutural autoportante em treliça de alumínio Q30 com bases e travamentos para sustentação de equipamentos de iluminação, painéis ou sistemas cenográficos. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	14249	Unidade	1	1.695,00
	12	Locação de 2 (duas) estruturas treliçadas, 15 metros lineares cada, em alumínio padrão Q30 para suporte de painel cenográfico (backdrop). Estrutura modular em alumínio Q30 destinada à fixação de lona impressa, painel rígido ou elemento cenográfico de fundo. Período: de 25 a 29 de maio de 2026	14249	Unidade	1	7430,00
TOTAL LOTE 1						114.436,61
	13	Locação de back line para banda ao vivo: - Sistema de retorno de palco compatível com apresentações musicais ao vivo; - Equipamento de reprodução de áudio (tipo power play ou equivalente), com cabeamento adequado para vias de fone - Corpo de bateria completo. - 02 cubos para guitarra, com potência adequada para apresentações ao vivo; - 01 amplificador/cabeçote com caixas para contrabaixo; - Mesa digital de som com, no mínimo, 32 canais; - microfones, pedestais e cabeamento necessários para funcionamento completo do sistema. Período: 28 de maio de 2026	13757	Unidade	1	5.470,00

2	14	Locação de sistema de sonorização para 02 (dois) palcos Especificações (por palco): - Sistema de sonorização tipo line array (vertical), ativo, de padrão profissional, adequado para eventos ao ar livre, para cada palco; - 1 console de som com, no mínimo, 12 canais, com recursos de equalização e processamento, para cada palco; - 4 microfones sem fio profissionais, para cada palco; - pedestais e cabos necessários, para cada palco. - 1 notebook para reprodução de áudio, para cada palco. - Disponibilização de 01 técnico de som durante todo o período do evento, para cada palco. Período: de 27 a 29 de maio de 2026	13757	Unidade	1	25.878,16
	15	Locação de 2 (dois) Painéis de LED: - Pannel de LED indoor de alta definição (pitch máximo de 3.0 mm); - Dimensões mínimas: 4 m x 2 m (total aproximado de 8 m²); - Estrutura de sustentação em alumínio (padrão p30 ou equivalente); - Sistema completo com processadora (send card), cabeamento e computador para controle; - Instalação, operação e desmontagem inclusas; - Disponibilização de 01 técnico de som durante todo o período do evento. Período: de 27 a 29 de maio de 2026	13757	Unidade	1	16.550,00
TOTAL LOTE 2						47.898,16

8 - Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção de melhores condições para a Administração.

No presente caso, optou-se pelo **parcelamento do objeto em 2 (dois) lotes**, estruturados de forma a agrupar itens com características técnicas e operacionais semelhantes, quais sejam:

- **Lote 1:** Estrutura física e itens de apoio ao evento (tendas, mobiliário, estruturas e itens correlatos);
- **Lote 2:** Sistemas de sonorização, backline, painéis de LED e serviços técnicos associados;

A modelagem adotada fundamenta-se nos seguintes aspectos:

I - Viabilidade técnica do parcelamento

O parcelamento foi realizado agrupando itens com **natureza técnica semelhante e interdependência operacional**, evitando a fragmentação de sistemas que demandam integração, como é o caso dos serviços de sonorização, backline e painéis de LED, os quais permanecem reunidos em um único lote.

II - Ampliação da competitividade

A divisão em lotes possibilita a participação de empresas especializadas em cada segmento, ampliando o universo de licitantes e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas, em consonância com o princípio da isonomia.

III - Ausência de prejuízo à economia de escala

O parcelamento adotado **não acarreta perda de economia de escala**, uma vez que:

- Cada lote reúne itens que, quando contratados em conjunto, possibilitam ganhos operacionais e econômicos;
- Não houve fracionamento indevido de sistemas integrados;
- A divisão preserva a lógica de fornecimento por especialidade, sem pulverização excessiva do objeto;

IV - Eficiência na execução contratual

A solução estruturada em 2 lotes assegura:

- Melhor organização e coordenação dos serviços;
- Clareza na definição de responsabilidades contratuais;
- Redução de riscos operacionais durante a execução do evento;

V - Atendimento ao interesse público

A modelagem adotada equilibra competitividade e eficiência, garantindo a execução do objeto com qualidade, segurança e economicidade, em consonância com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

9 - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Foram identificadas contratações anteriores no âmbito da UTFPR que guardam relação ou afinidade com o objeto pretendido, notadamente no que se refere à locação de estruturas e equipamentos para eventos institucionais.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI):

- Processo nº 23064.044239/2025-17;
- Processo nº 23064.029548/2025-59;
- Processo nº 23064.010403/2025-84;
- Processo nº 23064.018950/2024-27;
- Processo nº 23064.004393/2025-48;

As referidas contratações apresentam similaridade quanto à natureza dos serviços, envolvendo a locação de equipamentos e estruturas para apoio a eventos.

Contudo, destaca-se que tais processos **não possuem vínculo direto ou interdependência com a presente contratação**, tratando-se de demandas específicas, realizadas em contextos distintos, com objetos e escopos próprios.

Dessa forma, não há necessidade de integração ou condicionamento entre as referidas contratações e a presente demanda, não se configurando contratações interdependentes.

10 - Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada:

- Ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023-2027);
- À política de extensão, inovação e cultura;
- À realização de eventos institucionais estratégicos.

Conforme descrito no DFD, contribui para:

- Inserção regional;
- Integração universidade-sociedade;
- Fortalecimento da inovação e empreendedorismo

11 - Resultados Pretendidos

- Execução adequada dos eventos institucionais;
- Melhoria da experiência dos participantes;
- Ampliação da visibilidade institucional;
- Uso eficiente de recursos públicos;
- Garantia de segurança e organização.

12 - Providências a serem Adotadas

Previamente à celebração do contrato, ou instrumento equivalente, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Definição do cronograma e alinhamento com as unidades envolvidas;
- Verificação das condições do local e disponibilidade de infraestrutura (energia, espaços para montagem e operação);
- Obtenção de autorizações internas e, se necessário, licenças junto aos órgãos competentes;
- Designação de fiscal e gestor do contrato;
- Alinhamento prévio com a contratada quanto à execução dos serviços;

13 - Possíveis Impactos Ambientais

- Geração de resíduos na montagem/desmontagem;
- Uso de materiais temporários.

Mitigação:

- Reutilização de estruturas;
- Destinação adequada de resíduos;
- Contratação de empresa regularizada ambientalmente.

14 - Declaração de Viabilidade

(X) Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso inciso XIII, art. 9 IN ME/SEGES nº 58/2022.

() Esta Equipe de planejamento declara **INVIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso inciso XIII, art. 9 IN ME/SEGES nº 58/2022.

Justificativa da Viabilidade/Inviabilidade:

Diante do levantamento de mercado realizado e da análise das alternativas disponíveis, esta Equipe de Planejamento conclui pela **VIABILIDADE da contratação**, fundamentada nos seguintes pontos:

A contratação de serviços de locação de estrutura para eventos, incluindo sonorização, backline, painéis de LED e suporte técnico, configura-se como solução consolidada no mercado, amplamente utilizada por órgãos públicos e instituições de ensino para a realização de eventos institucionais, garantindo qualidade técnica e operacional.

A modelagem da contratação, com agrupamento dos itens em lotes por similaridade técnica e operacional, favorece a obtenção de economia de escala e amplia a competitividade, sem comprometer a integração dos sistemas necessários à execução do evento.

A solução integrada reduz riscos operacionais, ao concentrar a responsabilidade pela execução em fornecedores especializados, evitando incompatibilidades técnicas entre equipamentos e falhas decorrentes da fragmentação da contratação.

A escolha pela contratação de serviço completo, incluindo montagem, operação e desmontagem, mostra-se mais eficiente do que a aquisição ou gestão direta dos equipamentos, considerando a natureza eventual da demanda e a ausência de estrutura própria suficiente para atendimento integral.

O planejamento da contratação observa as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES nº 58/2022, estando devidamente alinhado ao planejamento institucional e às necessidades do evento.

A contratação mostra-se, portanto, a alternativa mais vantajosa para a UTFPR, por assegurar a adequada realização do evento com qualidade, segurança e eficiência, otimizando a aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, declara-se a **viabilidade técnica e econômica** da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório.

15 - Responsáveis

Documento Assinado eletronicamente por

Nome do Servidor	SIAPÉ	Campus de Lotação	Designação	E-mail
FRANCIS KANASHIRO MENECHETTI	18869954	RT	Presidente - Integrante Requisitante/Técnico	francis@utfpr.edu.br
JOAQUIM DE MIRA JUNIOR	21268141	PG	Integrante Técnico/Requisitante	mira@utfpr.edu.br
SABRINA AVILA RODRIGUES	16449567	PG	Integrante Técnico/Requisitante	sabrinaavila@utfpr.edu.br
JESSIKA DARC FERNANDES ZIMERMANN	30659590	RT	Integrante Técnico/Requisitante	jessikad@utfpr.edu.br
SANDRA DO ROCIO RAMOS	16702815	RT	Integrante da Área de Compras e Contratos	srramos@utfpr.edu.br



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **FRANCIS KANASHIRO MENEGHETTI, PRÓ-REITOR(A)**, em (at) 09/04/2026, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **JESSIKA DARCI FERNANDES ZIMMERMANN, ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO**, em (at) 09/04/2026, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **JOAQUIM DE MIRA JUNIOR, DIRETOR(A) SUBSTITUTO(A)**, em (at) 09/04/2026, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **SABRINA AVILA RODRIGUES, DIRETOR(A)**, em (at) 09/04/2026, às 22:38, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **SANDRA DO RÓCIO RAMOS, ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO**, em (at) 10/04/2026, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5619882** e o código CRC (and the CRC code) **1307F0A7**.





ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS - MODELO

Proposta que faz a empresa....., inscrita no CNPJ nº, estabelecida no(a) para o fornecimento de....., conforme estabelecido no edital de Pregão Eletrônico nº 90.004/2026.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxx	xxx	XXXXXXXXXX	R\$ XXXXXXXXX
	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xx	xxx	XXXXXXXXXX	R\$.XXXXXX
TOTAL DO LOTE XXX						R\$

- Validade da Proposta: (... por extenso ...) dias (mínimo 60 dias);
- Prazo de Execução/Entrega: Conforme estabelecido no Termo de Referência;
- Declaração: Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e quaisquer outros ônus necessários à execução do objeto;
- Conformidade: Declaramos pleno conhecimento e aceitação de todas as normas estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como a observância das especificações técnicas do Termo de Referência.

Declaro estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

(Sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante) (Nº Cédula de Identidade)



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA PAULA BARROS, PREGOEIRO(A)**, em (at) 28/04/2026, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5669520** e o código CRC (and the CRC code) **39F60600**.